

**A. I. Nº** - 276468.0101/15-4  
**AUTUADO** - FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.  
**AUTUANTE** - HEITOR PERRELLA  
**ORIGEM** - IFEP INDÚSTRIA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 10.04.2018

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0041-02/18**

**EMENTA:** ICMS. 1. PROGRAMA DESENVOLVE. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. ERRO NO CÁLCULO DA PARCELA SUJEITA À DILAÇÃO DE PRAZO. Os argumentos e provas trazidos na defesa não se mostram capazes de desconstituir a acusação imputada ao sujeito passivo. Infração subsistente. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) MERCADORIA NÃO ENTRADA NO ESTABELECIMENTO. Fato comprovado nos autos. Infração caracterizada. b) EM VALOR SUPERIOR AO DESTACADO. GLOSA DO VALOR EXCEDENTE. Infração não impugnada. c) ESTORNO INDEVIDO DÉBITO DE DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. Efetuada correção no cálculo do imposto. Infração parcialmente caracterizada. d) TRANSFERÊNCIAS INTERESTADUAIS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA EMPRESA, COM BASE DE CÁLCULO SUPERIOR À LEGALMENTE PREVISTA. Mediante diligência, foi retificado o valor devido. Infração parcialmente subsistente. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO. MERCADORIAS PARA USO E CONSUMO. O sujeito passivo logrou comprovar que uma parte das mercadorias não era destinada ao uso e consumo do próprio estabelecimento. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 31/03/15, exige ICMS no valor de R\$267.962,81, em razão das seguintes irregularidades:

Infração 01 - 03.08.04. Recolhimento do ICMS efetuado a menos, em razão de erro na determinação do valor da parcela sujeita a dilação de prazo prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, no mês de agosto de 2012. ICMS: R\$119.675,41. Multa de 60%. Trata-se de recolhimento a menos do ICMS Normal - Indústria (806) devido a erro no cálculo do benefício, conforme demonstrativos anexos.

Infração 02 - 02.01.02. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, por não haver entrado a mercadoria no estabelecimento ou o serviço não ter sido prestado, nos meses de janeiro a agosto de 2012. ICMS: R\$ 86.955,58. Multa de 150%.

Infração 03 - 01.02.40. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, nos meses de abril e dezembro de 2012, janeiro, março, abril, junho, julho e setembro de 2013. ICMS: R\$ 3.179,30. Multa de 60%.

Infração 04 - 01.02.49. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, referente a estorno indevido de débito de diferença de alíquota, em razão de devolução de material de uso e consumo, nos meses de julho, setembro e outubro de 2012, março, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2013. ICMS: R\$13.168,37. Multa de 60%.

Infração 05 - 06.02.01. Falta de recolhimento de ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do próprio estabelecimento, nos meses de julho, setembro e outubro de 2012, agosto e outubro a dezembro de 2013. ICMS: R\$5.370,74. Multa de 60%.

Infração 06 - 01.02.23. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS, nas operações interestaduais com base de cálculo fixada pela unidade federada de origem em valor superior ao estabelecido em lei complementar, convênios ou protocolo, nos meses de fevereiro e abril a dezembro de 2012, janeiro a maio e julho a dezembro de 2013. ICMS: R\$39.613,41. Multa de 60%.

Conforme o documento de fls. 53 e 54, o sujeito passivo reconheceu a procedência da Infração 03, bem como a procedência parcial das Infrações 04 e 06.

Tempestivamente, o autuado apresenta defesa, fls. 74 a 87, na qual sustenta que o Auto de Infração é parcialmente improcedente, conforme relatado a seguir.

Quanto à Infração 01, diz que o valor exigido decorreu da exclusão indevida pelo autuante do valor de R\$133.037,56, na linha 28, quadro CNVP, onde são tratados os Créditos Fiscais Não Vinculados ao Projeto do Incentivo do Desenvolve, conforme demonstrado no Anexo I - PLANILHA APURAÇÃO DO ICMS - coluna apuração Auto. (fls. 130 a 132).

Explica que o valor de R\$133.037,56 refere-se à importação realizada por meio das Notas Fiscais nºs 62.844, 62.845, 62.846 e 62.848, constantes no Anexo II - DANFES PRODUTOS IMPORTADOS (fls. 133 a 137), atinentes a operações não vinculadas ao projeto do DESENVOLVE, pois se trata de insumos utilizados na fabricação de tanques modulares, conforme demonstra no Anexo III - FICHA DE CADASTRO DE ESTRUTURA DE PRODUTOS (fls. 138 a 140). Aduz que esse produto não consta no rol da Resolução 123/2009, já que a inclusão dele só ocorreu por meio da Resolução 100/2012, com vigência a partir de 01/09/2012, conforme Anexo IV - RESOLUÇÕES DESENVOLVE (fls. 141 e 142). Pede que esse item do lançamento seja anulado ou cancelado.

Quanto à Infração 02, diz que na autuação foram relacionadas notas fiscais de entradas cujas chaves de acesso foram informadas incorretamente nos arquivos eletrônicos, conforme o detalhamento das notas fiscais no Anexo V - PLANILHA COM CHAVES INCORRETAS (fl. 145).

Frisa que, apesar da incorreção das chaves no arquivo eletrônico, as notas fiscais decorrentes dos créditos são legítimas e, portanto, faz jus aos créditos aproveitados, conforme os DANFES do Anexo VI - DANFES IMPRESSAS DAS NOTAS FISCAIS CORRETAS (fls. 147 a 201). Sustenta que, assim, está comprovado que não houve apropriação de crédito fiscal sem a apresentação do documento hábil, mas sim o equívoco na apresentação da chave eletrônica. Destaca que os créditos de ICMS são decorrentes de documentos hábeis com notas fiscais validadas e autorizadas pela unidade federada de origem, consoante o Anexo VI. Apresenta tabela na qual não reconhece valor algum como devido e pede que esse item do lançamento seja anulado ou cancelado.

Quanto às Infrações 04 e 05, diz que refez o demonstrativo ANEXO VII - LISTAGEM DAS NOTAS FISCAIS (fls. 203 a 223), demonstrando a finalidade e destino dos produtos elencados nas notas fiscais. Em seguida, passa a abordar cada um dos produtos, conforme relatado a seguir.

Item 1 - "REFIL CARBONO" - ANEXO VII LISTAGEM DAS NOTAS FISCAIS (fl. 226). Explica que o "Refil Carbono" se trata de um produto de revenda, conforme o ANEXO VIII - DANFES MATERIAL REVENDA (fls. 227 a 156), com a ficha de Kardex de movimentação do produto e o DANFE de saída deste material como revenda nº 51360. Acrescenta que conforme a Lei nº 7.014/96, somente há incidência de diferença de alíquota nas entradas destinadas ao uso e consumo ou imobilizado. Conclui que não cabe a cobrança da diferença de alíquota porque a mercadoria foi classificada corretamente. Sustenta que nada é devido quanto a esse item.

Item 2 - "Outras Entradas destinada a Brindes" - ANEXO VII LISTAGEM DAS NOTAS FISCAIS (fl. 226). Afirma que os itens constantes no ANEXO IX - DANFES BRINDES (fls. 230 a 244) são referentes a materiais classificados com CFOP 1949/2949 (Outras Entradas destinadas a Brindes). Diz que seguiu o procedimento previsto no RICMS/BA, o qual prevê que no ato da entrada deve

ser emitida a nota fiscal de saída para efeito de equiparação de alíquotas e, por consequência, o pagamento do ICMS. Conclui que nada é devido quanto a esse item.

Item 3 - “Material destinado à exposição em feira” - ANEXO VII LISTAGEM DAS NOTAS FISCAIS (fls. 226). Diz que no Anexo X - DANFES MATERIAL PARA FEIRA (fls. 246 a 249) acostou os DANFES de saída referentes a cada entrada relacionada na autuação. Explica que se trata de material destinado à exposição em feira e, portanto, não é devida a diferença de alíquota. Diz que nada é devido quanto a esse item.

Item 4 - “BRINDE SEM EMISSÃO DE NF SAÍDA” – ANEXO VII LISTAGEM DAS NOTAS FISCAIS (fls. 226). Afirma que se refere a produtos classificados nos CFOPs 1949/2949 (Outras Entradas Brindes), em relação aos quais não foram emitidas as notas fiscais de saída em concordância com o art. 389 do RICMS-BA/97. Aduz que por se tratar de materiais que não condizem com a atividade fim da empresa são destinados a brindes, conforme definição no art. 388 RICMS/BA e, portanto, não se aplica a diferença de alíquota. Diz que é passível de apropriação de crédito do ICMS, conforme o art. 389 RICMS-BA/97, pois a lei exige a apropriação de crédito e posterior emissão da saída para efeito de anulação da diferença de ICMS. Transcreve os termos dos artigos 388 e 389 do RICMS-BA/97. Admite que, quanto a esse item, é devido R\$ 3.432,31 (principal).

Item 5 - “ITEM DE CONSUMO” – ANEXO VII LISTAGEM DAS NOTAS FISCAIS (fl. 226). Diz que são produtos que foram classificados incorretamente e, portanto, é devido o ICMS que foi creditado indevidamente, por se tratar de itens de consumo. Reconhece como devido os valores cobrados quanto a esse item.

Dessa forma, em relação à Infração 04, reconhece como devido o valor de R\$ 5.379,74 (principal), já em relação à Infração 05 diz que nada é devido.

No que tange à Infração 06, rebate a autuação, item a item, conforme relatado a seguir.

Item 1 - “DANFES ALÍQUOTA INTERNA”. Afirma que os créditos de ICMS atinentes a entradas interestaduais decorrem de devoluções de vendas a não contribuintes do imposto, elencadas no Anexo XI - LISTAGEM DAS NOTAS FISCAIS (fls. 179 a 254). Ressalta que a legislação prevê a apropriação do crédito de ICMS na anulação de vendas, contanto que o imposto tenha sido destacado corretamente, apurado e creditado à alíquota interna, conforme comprovam os DANFES acostados aos autos no ANEXO XII – DANFES ALÍQUOTA INTERNA (fls. 256 a 372), tudo em consonância com a Lei 7.014/96, artigo 15, I, “b”, cujo teor transcreveu. Ao concluir, diz que nada é devido quanto a esse item.

Item 2 - “DANFES COMPLEMENTO DE ICMS”. Diz que a Nota Fiscal nº 19.694, listada no Anexo XIII – DANFES COMPLEMENTO DE ICMS (fls. 374 a 385), trata do complemento de ICMS da Nota Fiscal de Devolução nº 19.303, na qual o remetente não tinha feito corretamente o destaque do ICMS, o que gerou uma nota fiscal complementar à alíquota de 12%. Diz que o seu direito ao crédito fiscal está amparado no art. 452 do RICMS-BA/97. Ao concluir, diz que nada é devido quanto a esse item.

Item 3 - “VALOR DEVIDO APLICAÇÃO INCORRETA DA ALÍQUOTA”. Reconhece que são devidos os valores cobrados na autuação.

Desse modo, reconhece que a Infração 06 é procedente em parte no valor de R\$ 1.152,00.

Ao concluir, solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte.

O autuante presta a informação fiscal consoante fls. 410 a 412.

Quanto à Infração 01, informa que o valor de R\$133.037,56 foi glosado (fls. 13 a 15) porque se tratava, na realidade, de crédito vinculado ao projeto. Diz que o autuado alega que as referidas mercadorias teriam entrada no estabelecimento para a fabricação de produto não beneficiado pelo DESENVOLVE, porém os fatos dizem outra coisa, conforme passa a demonstrar.

1 - Durante o restante do ano de 2012 e todo o ano de 2013, o autuado não declarou qualquer saída de produtos não vinculados ao projeto quando do cálculo do DESENVOLVE (por meio do DNVP

ou de qualquer outra forma), conforme cópias das planilhas de cálculo do DESENVOLVE que foram apresentadas pelo próprio defendente e que se encontram acostadas às fls. 16 a 26.

2 - Não há registro de saída do tanque modular depois dessas importações até dezembro de 2013.

3 - Não há registro de inventário, seja em dezembro de 2012 ou de 2013, de tanque modular.

4 - O autuado não promoveu a saída das mercadorias importadas durante os anos de 2012 e 2013.

5 - As mercadorias importadas não constam dos inventários de dezembro de 2012 nem de 2013.

6 - O autuado não registrou qualquer perda dessas mercadorias, com o respectivo estorno de crédito ou de lançamento a débito.

7 - A Resolução 100/12, que estendeu a abrangência do benefício, foi publicada em 30/08/12 e entrou em vigor a partir de 01/09/12. As notas fiscais de entrada foram emitidas em 31/08/12, já sob a égide da nova resolução, e as mercadorias saíram do armazém para a FORTLEV depois das 11 horas do dia 31, para serem industrializadas nos dias seguintes com a aplicação da nova norma.

Diz que as mercadorias foram efetivamente aplicadas na fabricação de produtos incentivados, sendo que o autuado não traz prova do que alega. Mantém a autuação quanto à infração em tela.

No que tange à Infração 02, afirma que quando o contribuinte não faz o registro no momento oportuno, ele poderá fazê-lo extemporaneamente, porém para isso existem regras. Diz que no caso dessa infração, o autuado pode solicitar o crédito relativo às notas fiscais listadas por ele.

Pontua que, na nova sistemática inaugurada por meio da Nota Fiscal Eletrônica e da Escrituração Fiscal Digital, o Estado não pode deixar de autuar tais deslizos. Diz que essa situação leva a um desequilíbrio na relação entre contribuinte e Estado, fragilizando este. Menciona que tais lançamentos expõem o Fisco a risco de pleito indevido de crédito extemporâneo, sem a correspondente correção dos lançamentos errados.

Pugna pela manutenção da Infração 02, com a ressalva ao direito de o autuado pleitear o crédito extemporaneamente.

Quanto à Infração 04, rebate os argumentos defensivos, item a item, conforme relatado a seguir.

Item 1 - Diz que não há saída de "Refil Carbono" nos dois exercícios em pauta. Dessa forma, mantém a exigência fiscal quanto a esse item.

Itens 2 e 3 – Sob o argumento de que houve um problema no seu sistema de processamento, concorda com as alegações defensivas atinentes a esses dois itens.

Dessa forma, pugna pela procedência em parte da Infração 04.

Relativamente à Infração 05, diz que o defendente admite o cometimento do ilícito e, assim, mantém a autuação.

No que tange à Infração 06, diz que o autuado alega que os retornos de mercadoria referem-se a vendas a não contribuinte, mas não comprova essa sua alegação.

Menciona que o argumento atinente ao item 2 "DANFES COMPLEMENTO DE ICMS" não deixa clara a relação de uma nota fiscal com a nota de complemento de ICMS. Mantém a autuação.

Ao finalizar, pugna pela manutenção do Auto de Infração, exceto quanto à parte da Infração 04 que foi excluída acima.

Notificado acerca da informação fiscal, o autuado apresenta a manifestação de fls. 416 a 429.

Faz um resumo do argumento trazido na defesa e, em seguida, explica que planejou a produção de tanques modulares na unidade de Camaçari e, por esse motivo, solicitou habilitação para incluir estes itens no seu incentivo. Entretanto, por questões estratégicas e concorrenciais, a linha produtiva passou a ser realizada por outra empresa do grupo, localizada no Espírito Santo, conforme nota fiscal de saída anexa. Desse modo, a aquisição desses insumos perdeu a sua razão de ser e, assim sendo, não foram empregados na fabricação dos citados tanques modulares, motivo pelo qual não foi encontrado registro desse produto durante o período em questão. Acrescenta que, diante da falta de empregabilidade das referidas importações, optou por utilizar

parte desses produtos na fabricação de outro bem, conforme comprova a ficha KARDEX trazida no Anexo I.3 - FICHA KARDEX (fls. 451 a 457). Diz que, em razão da efetiva utilização, resta evidente que o autuante não localizaria o lançamento dessas mercadorias no livro Registro de Inventário em dezembro/12 e dezembro/13, não encontraria evidências de saída desses itens, assim como não verificaria quaisquer registros de perda dessas mercadorias. Sustenta que ficam prejudicados os argumentos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 alegados pelo autuante na informação fiscal.

Diz que registrou os fatos diante dos seus efetivos acontecimentos, uma vez que o desembaraço aduaneiro da Declaração de Importação nº 12/1608286-5 (fls. 438 a 450), referente à aquisição dos aludidos insumos, ocorreu no dia 30/08/12 e, em consequência, o registro da nota fiscal foi realizado no dia seguinte (31/08/12), em virtude dos trâmites da aduana dos procedimentos administrativos internos da FORTLEV.

Acrescenta que uma fração dos itens importados foi destinada à revenda para entrega futura, conforme a Nota Fiscal nº 63.569, emitida em 31/08/12, no valor de R\$ 17.392,00, cujo DANFE encontra-se no Anexo I.1 – DANFES PRODUTOS IMPORTADOS (fls. 431 a 437). Afirma que, dessa forma, do montante de R\$133.037,56, seriam incluídos na apuração incentivada, caso a aquisição fosse realizada na vigência da Resolução nº 100/12, a importância de R\$115.645,56, conforme demonstrativo que apresenta.

Relativamente à Infração 02, repete que as chaves de acesso das notas fiscais eletrônicas foram declaradas incorretamente nos arquivos eletrônicos, conforme o Anexo II.1 - PLANILHA COM CHAVES INCORRETAS (fl. 462). Ressalta que, apesar do erro no cumprimento da obrigação acessória, todas as notas fiscais são legítimas e, portanto, faz jus aos créditos fiscais em questão, consoante o Anexo II.2 - DANFES IMPRESSOS DAS NOTAS FISCAIS CORRETAS (fls. 461 a 469). Faz alusão ao direito ao crédito fiscal de ICMS e cita jurisprudência. Menciona que, mediante consulta ao Portal da Nota Fiscal Eletrônica utilizando a chave de acesso correta, é possível identificar que as notas fiscais são documentos válidos e autorizados pela SEFAZ-BA, o que diz colocar por terra a acusação que lhe foi imputada.

Quanto às Infrações 04 e 05, faz uma síntese dos fatos e apresenta um demonstrativo com os valores originalmente cobrados. Em seguida, passa a abordar cada um dos itens impugnados.

Item 1 - “Refil Carbono”. Explica que durante a ação fiscal foi intimado a esclarecer qual destinação foi dada a compra para revenda de 102 unidades do produto 5010020 - REFIL CARBON BLOCK 5 MICRAS FORTLEV, registrado na Nota Fiscal nº 17772, datada de 27/07/12. Diz que, conforme a ficha KARDEX demonstrada no Anexo IV. 2 – DANFES MATERIAL REVENDA (fls. 476 a 478), o saldo da conta deste produto estava zerado e, logo após a entrada das 102 unidades, foram dadas saídas, como venda, segundo Nota Fiscal nº 51360, de 28/07/12. Entende que a infração não deve prosperar, uma vez que foi verificada a saída da referida mercadoria no período, contrariando os argumentos do autuante. Acrescenta que não há o que se falar em diferencial de alíquotas (DIFAL) para as entradas correspondentes a este produto, vez que restou comprovada a efetiva saída para revenda no período em análise.

Itens 2 e 3 - “Outras Entradas Destinadas a Brindes” e “Material Destinado à Exposição em Feira”. Diz que o autuante anuiu com o argumento defensivo, uma vez que os produtos não se enquadravam no conceito de uso e consumo. Solicita que o autuante esclareça quais os valores efetivamente elididos, uma vez que não foram mencionados no corpo da informação fiscal.

Item 4 - “Brinde sem Emissão de NF Saída”. Diz que como não conseguiu localizar a totalidade das notas fiscais de saída destes materiais, optou por recolher o débito atinente às notas fiscais de saídas não identificadas, no valor de R\$3.432,31, no dia 29/05/15 (Anexo III - DAE RECOLHIMENTO ESPONTÂNEO - fl. 472). Afirma que, apesar de não ter identificado a saída destes materiais, esses produtos eram “brindes”, consoante a descrição dos materiais na planilha do Anexo IV.1 (fl. 475). Sustenta que não há que se falar em recolhimento de DIFAL, já que o conceito de uso e consumo aludido pelo autuante não condiz com a realidade dos fatos.

Explica que, quanto às operações de entradas que identificou as correspondentes notas fiscais de saídas, há a saída de 250 bonés, referentes à Nota Fiscal nº 275.460, cuja natureza é indubitavelmente de brindes. Assim, do total adquirido (4.950 unidades), apenas devem ser objeto desta infração as 4.700 unidades remanescentes, conforme o Anexo IV.3 - BRINDE SEM EMISSÃO DE NF SAÍDA (fl. 480), as quais já foram oferecidas a tributação por parte do autuado.

Item 5 - “Item de Consumo”. Reconhece que se trata de itens de consumo, tendo efetuado o recolhimento de R\$2.046,96, conforme Anexo III - DAE RECOLHIMENTO ESPONTÂNEO (fls.472).

Relativamente à Infração 06, apresenta tabela na qual detalha os valores que foram originalmente lançados e o que foi reconhecido como procedente. Em seguida, passa a abordar os itens que compõem essa infração, conforme relatado a seguir.

Item 1 - “DANFES ALÍQUOTA INTERNA”. Repete que os créditos decorrentes das entradas interestaduais estão inteiramente ligados às operações de devolução de venda, as quais se referem a retornos de venda a não contribuintes e/ou empresas do ramo de construção civil.

Explica que nas vendas destinadas a não contribuintes, o artigo 15, I, “b”, da Lei nº 7.014/96, estabelece que essas operações devem ser realizadas com alíquota de 17%. Já para as vendas para empresas de construção civil, o Convênio ICMS 137/02 estabelece que deverá ser adotada a alíquota interna do Estado de origem. Ressalta que, na hipótese de eventual devolução, deverá o contribuinte escriturar tais lançamentos com base nas informações de saída, com intuito de obter o efeito anulatório dos débitos apurados, conforme aduz o artigo 452 do RICMS-BA/12.

Diz que, visando esclarecer os fatos, apresenta uma planilha com relação de empresas que foram objeto de questionamento, bem como anexa a validação de que as empresas cadastradas se referem a não contribuintes e/ou construtoras. Acosta aos autos DANFES de saída (venda) e os correspondentes DANFES de entrada (devolução), a fim de ratificar que os retornos são de não contribuintes (Anexos V.1; V.2; V.3; V.4; e V.5). Em seguida, apresenta um exemplo referente a duas empresas, atinentes às Notas Fiscais de nºs 27532 e 33682.

Item 2 - “DANFES COMPLEMENTO DE ICMS”. Diz que se trata de DANFE complementar de ICMS referente à nota fiscal de devolução sem o destaque devido de ICMS (Anexo V.6 – DANFES ENTRADAS E SAÍDAS – COMPLEMENTO DE ICMS). A fim de esclarecer a relação existente entre a nota fiscal com a nota fiscal complementar, cita o seguinte exemplo:

- 1º Momento: A FORTLEV vendeu no dia 07/08/13 para o cliente CAZANOVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. vários itens dentre eles, 4 unidades de CAIXA DE POLIETILENO 5.000 ABERTA C/ TMP, conforme o DANFE 179560, chave de acesso 29130810921911000105550010001795601006815320;

- 2º Momento: No dia 20/08/13, o cliente CAZANOVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. devolveu para FORTLEV parte da compra realizada no DANFE 179560. Para efetivar a operação, emitiu o DANFE 19303, com chave de acesso 26130805507986000104550010000193031000193037, contendo o único produto a ser devolvido, porém realizou a operação sem proceder com o destaque de ICMS;

- 3º Momento: Ao perceber o fato citado no 2º momento, o cliente CAZANOVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. resolveu emitir um DANFE complementar de ICMS 19694, com chave de acesso 2613090507986000104550010000196941700087013, contendo apenas o destaque de imposto que não foi realizado anteriormente.

Diz que ante o exemplo acima, fica evidenciado que a nota fiscal complementar em questão refere-se a um valor complementar de ICMS, outrora equivocadamente não destacado.

Item 3 - “VALOR DEVIDO APLICAÇÃO INCORRETA DA ALÍQUOTA”. Reconhece que é devido o valor lançado e diz que efetuou o recolhimento correspondente conforme o Anexo III - DAE RECOLHIMENTO ESPONTÂNEO.

Ao finalizar sua defesa, solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte conforme os argumentos relatados acima.

O autuante se pronuncia às fls. 516 a 519 e, referindo-se à Infração 01, reitera argumentos trazidos na informação fiscal. Diz que o autuado alega ter utilizado a matéria-prima em outras mercadorias, como confirma cópia de kardex, porém as provas apresentadas atestam a acusação que lhe foi imposta. Relativamente à alegada saída mediante a Nota Fiscal 63.569, de 31/08/12, no valor de R\$17.392,00, afirma que o argumento defensivo não prospera, pois não houve a saída dessa citada mercadoria, uma vez que não havia essa mercadoria em estoque. Aduz que vale a data da saída já no âmbito do incentivo. Sustenta que o autuado não trouxe prova do que alega e, portanto, mantém a exigência fiscal.

Relativamente à Infração 02, mantém os termos da informação fiscal.

Quanto à Infração 04, acolhe o argumento defensivo referente ao item “Refil Carbono”.

No que tange às demais infrações, repete os termos da informação fiscal.

Cientificado sobre o pronunciamento do autuante, o defendente se manifesta às fls. 525 a 541.

Quanto à Infração 01, afirma que a situação decorreu de imprevistos comuns no dia-a-dia das empresas. Explica que tudo começou quando o contribuinte, imbuído de boa-fé, teve a intenção de fabricar tanques modulares na unidade de Camaçari, como pode ser visualizado através da solicitação de benefício para este item. Contudo, em virtude de algumas intercorrências, entendeu não ser mais viável a produção deste produto no referido município e, assim, teve de encontrar uma finalidade para os produtos importados com este fim.

Diz que todos os insumos que foram importados para a fabricação de tanques modulares precisaram ser revertidos para fabricação de outros produtos. Assim, uma parte do que foi importado foi direcionado para a fabricação de caixas d’água e a outra parte que não poderia ser aproveitada nas demais atividades da empresa, foi revendida.

Destaca que não pode uma empresa, de conduta ilibada, ser penalizada em virtude de uma intempérie ocorrida na administração de suas demandas, haja vista ter buscado sempre zelar pela boa-fé em suas ações. Assim, solicita que este ponto seja reanalisado e, em seguida, repisa os argumentos trazidos na defesa e no pronunciamento anterior, os quais já constam neste relatório.

Relativamente à Infração 02, diz que o autuante não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo defendente e, desse modo, solicita que o auditor fiscal verifique a justificativa apresentada na defesa. Repisa argumentos trazidos anteriormente.

Relativamente às Infrações 04 e 05, diz que apesar de o autuante ter acatado uma parte das alegações defensivas, ainda restam pontos que merecem observância deste colegiado. Repete que a exigência atinente ao item “Refil Carbono” não deve ser mantida, uma vez que foi constatada a saída para revenda da referida mercadoria.

Destaca que o autuante se posiciona pela procedência da Infração 05, porém, ao reconhecer em parte os créditos da Infração 04, termina se contradizendo, já que não é devida a diferença de alíquotas nas entradas que não sejam para “uso e consumo” ou “ativo imobilizado”.

Repete argumentos atinentes a entradas destinadas a brindes e a exposição em feira e, em seguida, diz que o autuante deve reanalisar as suas considerações sobre esse tema.

No que tange à Infração 06, rebate o posicionamento adotado pelo autuante na informação fiscal conforme relatado a seguir.

Item 1 - DANFES ALÍQUOTA INTERNA. Repete argumentos trazidos anteriormente e, em seguida, volta a apresentar tabela com duas vinculações de documentos fiscais, sendo uma para construtora e outra para não contribuintes, evidenciando as notas fiscais de saídas e suas respectivas devoluções. Frisa que a composição na íntegra de todas as notas fiscais para o montante cobrado está demonstrada nos Anexos V.1; V.2; V.3; V.4; e V.5.

Item 2 - DANFES COMPLEMENTO DE ICMS. Menciona que, para deixar mais clara a vinculação das notas fiscais, cita as informações contidas no campo de observações das notas fiscais de “devolução parcial” e de “complemento do ICMS”, uma vez que esta é a forma de escrituração

indicada no regulamento do ICMS para quando ocorrerem estes casos, conforme art. 450, do RICMS-BA/12, cujo teor transcreve. Detalhamento das notas fiscais abrangidas nesse item:

- Nota Fiscal nº 179560 – Nota Fiscal de Venda;
- Nota Fiscal nº 19303 – “Devolução Parcial de S/NF 179560”;
- NF 19694 – “Nota Fiscal Complementar emitida para correção de erro ocorrido na nota fiscal nº 19.303 de 20/08/2013, onde o valor do ICMS não foi destacado. Conf. Dispõe art. 182, Inciso III e IV do RICMS Decreto 45.490/2000. Conforme disp. Art. 333, Inciso XII, do RIPI DEC. N. 4.544/2002”.

Afirma que, dessa forma, existe clara correlação entre as notas fiscais de saída e de complemento de ICMS, não devendo, portanto, prosperar esta infração.

Retifica o número da chave de acesso informada na manifestação anterior relativa à Nota Fiscal 19694, de modo que onde consta o número 2613090507986000104550010000196941700087013, deve-se ler 26130905507986000104550010000196941700087013.

Prosseguindo, passa a repetir os argumentos trazidos na defesa e no pronunciamento anterior.

Ao finalizar, apresenta os pedidos discriminados a seguir.

- Em relação à Infração 01: que sejam desconsideradas as importações como produtos adquiridos para integrar processo produtivo incentivado, uma vez que não há amparo legal para tal enquadramento; ou, residualmente, que, no caso de indeferimento, seja acatado o entendimento de que a parcela de R\$ 17.392,00, destinada a revenda deve compor o CNVP.
- Em relação à Infração 02: que seja a decisão reformulada, uma vez que não cabe a glosa do crédito com base no princípio da essência sobre a forma, tendo havido unicamente erro de preenchimento de campo de nota fiscal de entrada com CHV\_NFE de documentos de saída, não se configurando, em nenhuma das hipóteses levantadas, prejuízo aos cofres públicos.
- Em relação às Infrações 04 e 05: item 1) que o fiscal reconsidere suas alegações de que não houve saída da mercadoria em epígrafe, visto que restou demonstrada a saída de REFIL CARBONO nos exercícios de 2012 e 2013; itens 2 e 3) que seja desconsiderada a cobrança adicional do valor de diferencial de alíquota; item 4) que seja reconhecido o crédito referente às aquisições de bonés (entradas de brindes), registrado à Nota Fiscal nº 275.460, bem como seja desconsiderada a cobrança adicional do valor de diferencial de alíquota.
- Em relação à Infração 06: item 1) que sejam revistos os demonstrativos anexos, de modo a verificar que as notas fiscais se tratam de operações de devoluções para consumidores não contribuintes do ICMS e empresas de construção civil situadas em outra unidade federada, e que, por tais razões, permite à FORTLEV o direito do crédito à alíquota interna cheia com o escopo de atingir o efeito anulatório previsto pela não-cumulatividade; item 2) que a Nota Fiscal nº 19.694 seja considerada como documento complementar para arrecadação de imposto não creditado anteriormente, conforme demonstrado no preâmbulo deste quesito da infração.

O autuante se pronuncia às fls. 633 a 635, reiterando os termos dos pronunciamentos anteriores e já constantes neste relatório.

Às fls. 638 a 641, foram acostados extratos do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária) referentes ao pagamento da parte do Auto de Infração que foi reconhecida como procedente.

O processo foi convertido em diligência, fls. 642 e 643, à IFEP INDÚSTRIA para que o autuante ou outro auditor designado atenda às seguintes solicitações:

- 1 - Que se pronuncie sobre os argumentos defensivos quanto à Infração 06, com a devida fundamentação, já que os dados aduzidos nos Anexos V1, V2, V3, V4 e V5, gravados no CD-ROM de fl. 514, os quais correlacionam as operações citadas na defesa com as constantes na autuação.
- 2 - Que, sendo o caso, sejam efetuadas as correções pertinentes na apuração do valor devido na infração em comento, com a elaboração de um novo demonstrativo de débito.



A diligência foi atendida pelo autuante, consoante o documento de fl. 648 e o demonstrativo de fl. 649. Foram acatados os pleitos do autuado, às fls. 83 a 85, no tocante às devoluções de vendas destinadas a não contribuintes e à Nota Fiscal nº 19.694, que se refere a complemento de ICMS que tinha sido destacado incorretamente pelo remetente. Manteve a exigência fiscal de R\$ 720,00, decorrente da aplicação incorreta da alíquota, débito que tinha sido reconhecido pelo autuado. Elaborou um novo demonstrativo para a infração em tela, fl. 649, no valor de R\$ 720,00.

Regularmente notificado acerca do resultado da diligência, o autuado não se pronunciou.

## VOTO

No Auto de Infração em análise, o autuado foi acusado do cometimento de seis infrações à legislação do ICMS. Em sua defesa, o sujeito passivo reconhece a procedência da Infração 03 e a procedência parcial das Infrações 04 e 06. Dessa forma, em relação à Infração 03 não há lide e, portanto, esse item do lançamento é procedente.

Antes de adentrar ao mérito das infrações impugnadas, de ofício, observo que o Auto de Infração em comento foi lavrado em estrita observância das disposições legais pertinentes. As infrações imputadas ao autuado estão devidamente fundamentadas em levantamentos fiscais e demonstrativos constantes nos autos, dos quais o autuado recebeu cópia. Assim, o lançamento preenche todas as formalidades legais, não havendo vício capaz de inquiná-lo de nulidade.

Na Infração 01, o autuado foi acusado de ter recolhido a menos ICMS, no valor de R\$ 119.675,41, em razão de erro na determinação do valor da parcela sujeita à dilação de prazo prevista no Programa Desenvolve, no mês de agosto de 2012. Essa infração está demonstrada nos Anexos do Auto de Infração acostados às fls. 13 a 26.

O autuado sustenta que a exigência fiscal decorreu da exclusão indevida do valor de R\$ 133.037,56, da linha 28 do quadro CNVP, onde são tratados os Créditos Fiscais Não Vinculados ao Projeto do Incentivo do Desenvolve. Foi explicado que esse valor era referente a importações acobertadas pelas Notas Fiscais nºs 62.844, 62.845, 62.846 e 62.848 atinentes a insumos utilizados na fabricação de tanques modulares, produto não constante na Resolução 123/12. Na informação fiscal, o autuante não acatou o argumento defensivo, pois, no seu entendimento, as importações citadas na defesa tratavam de créditos vinculados ao projeto incentivado.

Apesar de toda a discussão e os diversos pronunciamentos do autuado e do autuante, o cerne da questão está em saber se a produção de tanques modulares estava ou não dentre as atividades incentivadas exercidas pelo autuado na época dos fatos.

Em 23/12/09, o autuado foi habilitado aos benefícios previstos pelo Programa DESENVOLVE, por meio da Resolução nº 123/09, do Conselho Deliberativo do Programa DESENVOLVE (fl. 139) para produzir *“caixas d’água de polietileno e de fibra de vidro, telhas de fibra de vidro e de resinas termoplásticas, cisternas de polietileno e fibra de vidro, fossas sépticas em polietileno, tubos e conexões em PVC e em fibra de vidro, forros e perfis de PVC, compostos de polietileno e peças técnicas em resinas termoplásticas”*.

Em 30/09/12, a Resolução nº 123/09 foi retificada pela Resolução nº 100/12, do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE (fl. 140), a qual incluiu, a partir de 1º de setembro de 2012, a produção de *“tanques modulares em polietileno”*, dentre outros produtos, como incentivada.

Examinando os DANFES atinentes às Notas Fiscais Eletrônicas de Entrada nºs 62.844, 62.845, 62.846 e 62.848 (fls. 134 a 137), constata-se que são referentes à importação de insumos para a produção de tanques modulares, conforme reconhece o próprio autuado, tendo os referidos insumos ingressados no estabelecimento do defendente em 31/08/12.

Considerando que a partir de 1º de setembro de 2012 a produção de tanques modulares estava entre as atividades incentivadas do autuado, logicamente, esses insumos importados estavam vinculados à atividade incentivada, conforme considerou o autuante. Corroborando esse entendimento, saliento que durante os exercícios de 2012 e 2013 o autuado não declarou qualquer saída de produto não vinculado ao projeto, como foi bem ressaltado na informação fiscal.

O autuado afirma que utilizou os insumos importados na produção de outros bens e, como prova, apresenta o Anexo 1.3 – FICHA KARDEX (fls. 451 a 457).

De plano, há que se observar que as fichas Kardex trazidas pelo defendente são elementos obtidos dos controles internos da própria empresa, não se constituindo em documentos fiscais, portanto, carentes de valor probante. A alegação defensiva deveria ter sido comprovada mediante a apresentação do livro fiscal Registro de Controle da Produção e do Estoque, o que não foi feito.

No que tange à revenda para entrega futura atinente à Nota Fiscal nº 63.569 (fl. 437), o argumento defensivo não merece acolhimento, pois essa nota fiscal é referente a saídas de caixas d'água, produto que também está dentre os incentivados, conforme se pode observar pela cópia da Resolução nº 123/09 anexada à fl. 139. Desse modo, não há como se acolher esse argumento defensivo e nem como se deduzir, da infração em tela, o valor pleiteado na defesa.

Observo que o autuado em seu último pronunciamento, à fl. 526, afirma que *“Dessa forma, uma parte do que foi importado foi direcionado para a fabricação de caixas d'água e a outra parte que não poderia ser aproveitada nas demais atividades da empresa foi devidamente revendida.”*

Quanto à parte da importação que foi utilizada na fabricação de caixa d'água, o acerto da ação fica patente, pois o produto caixa d'água está incluso no rol dos produtos incentivados. Quanto à parte da importação que foi supostamente vendida, tal fato não restou comprovado nos autos e, portanto, esse argumento defensivo não procede.

Em face ao acima exposto, os argumentos e provas trazidos na defesa não se mostram capazes de desconstituir a acusação imputada ao autuado e, portanto, a Infração 01 subsiste integralmente.

Trata a Infração 02 de utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$ 86.955,58, em razão de não ter entrado a mercadoria no estabelecimento ou o serviço não ter sido prestado.

O autuado sustenta que as chaves de acesso das notas fiscais eletrônicas foram informadas de forma equivocada, porém ressalta que as operações efetivamente foram realizadas, que tem direito aos créditos fiscais correspondentes e que apenas houve um descumprimento de obrigação acessória. Como prova desses seus argumentos apresenta no Anexo V (fl. 145) as corretas chaves de acesso, bem como anexa aos autos cópia dos DANFES correspondentes às notas fiscais eletrônicas corretas (Anexo VI - fls. 147 a 201).

Examinado o demonstrativo de fl. 27 e efetuando consulta ao Portal da Nota Fiscal Eletrônica, constata-se que efetivamente as chaves das notas fiscais eletrônicas informadas pelo autuado correspondiam a notas fiscais de saídas emitidas pelo defendente, e não a notas fiscais emitidas por terceiros e devidamente autorizadas pelas unidades federadas de origem. Dessa forma, a acusação que foi imputada ao sujeito passivo está perfeitamente demonstrada nos autos.

Conforme foi bem explicado pelo autuante na informação fiscal, tratando-se de escrituração fiscal digital, não há como se considerar a escrituração equivocada de um documento fiscal como sendo um mero descumprimento de uma obrigação acessória. A correção de erros de lançamento de documento fiscal é de responsabilidade do contribuinte, competindo-lhe informar e corrigir o erro antes de qualquer ação fiscal. É relevante salientar que a remessa de arquivo retificador da EFD, após o prazo previsto no inciso II da cláusula décima terceira do Ajuste SINIEF 02/09, dependerá de autorização da inspetoria fazendária da circunscrição fiscal do contribuinte, o que não ficou comprovado nos autos.

Em face ao acima exposto, a utilização indevida de crédito fiscal de que trata a Infração 02 resta devidamente caracterizada, sendo devidos os valores exigidos nesse item do lançamento.

As Infrações 04 e 05 tratam, respectivamente, de utilização indevida de crédito fiscal e de falta de pagamento de diferença de alíquota em aquisições de mercadorias destinadas ao uso e consumo do próprio estabelecimento.

Em sua defesa, o autuado questiona as operações referentes a “Refil Carbono”, “Entradas Destinadas a Brindes” [bonés], “Materiais Destinados à Exposição em Feiras” e “Brindes Sem

Emissão de Nota Fiscal de Saídas”. Reconhece a procedência da autuação quanto aos produtos “Aplicador Plástico Ecotrech” e “Bansis 150”.

No que tange à aquisição de “Refil Carbono”, Nota Fiscal nº 17.772, o autuado comprova que a compra desse produto era destinada à revenda e, como prova, apresenta notas fiscais de saídas desse produto. Considerado que está comprovado que a aquisição em tela era referente a mercadorias destinadas a revenda, foi correta a apropriação do crédito fiscal correspondente, bem como não é devida a diferença de alíquotas. O próprio autuante, em seus pronunciamentos posteriores à informação fiscal, acatou esse argumento da defesa. Assim, excluo das Infrações 04 e 05 o débito atinente à Nota Fiscal nº 17.772.

Relativamente às “Outras Entradas Destinadas a Brindes” e às remessas de “Material Destinado a Exposição em Feira”, as quais estão relacionadas no demonstrativo de fl. 226, assiste razão ao defendente, pois tais mercadorias não se classificam como de uso e consumo, fato que foi reconhecido pelo próprio autuante na informação fiscal e nos pronunciamentos posteriores, quando admitiu que a exigência fiscal em relação a esses dois itens acima decorreu de problemas no processamento dos dados. Desse modo, em relação a essas operações é correta a apropriação dos créditos fiscais, bem como não é devida a diferença de alíquotas. Excluo, portanto, das Infrações 04 e 05 as operações relacionadas pelo autuado no demonstrativo de fl. 226 como sendo atinentes a brindes e a materiais destinados a exposição e feira.

Quanto às aquisições de “Brindes sem Emissão de Nota Fiscal de Saída”, as quais estão relacionadas no demonstrativo de fl. 226, o defendente sustenta que os produtos eram destinados a brindes, porém não consegue comprovar a emissão da nota fiscal de saída das mercadorias, o que atesta o acerto da ação fiscal quanto a essas operações. Dessa forma, essas operações devem ser mantidas nas infrações em tela.

No que tange aos produtos “Aplicador Plástico Ecotrech” e “Bansis 150”, o autuado reconheceu a procedência da autuação.

Em face ao acima exposto, as Infrações 04 e 05 subsistem parcialmente apenas em relação aos produtos citados abaixo, elencados nas Notas Fiscais nºs 378695, 392575, 202659, 374214, 375206, 375206, 19582 e 13795:

DATA	NOTA FISCAL	PRODUTOS	Infração 04 (Cred. Indevido)	Infração 05 (Dif. Alíquota)
28/03/13	13795	BANSIS 150	2.040,00	0,00
26/03/13	19582	APLICADOR PLÁSTICO ECOSTRECH	6,96	0,00
VALORES DEVIDOS NO MÊS DE MARÇO DE 2013			2.046,96	0,00
02/10/13	202659	CAMISA SOCIAL MANGA LONGA	246,50	0,00
23/10/13	378695	BALÃO COLORIDO	220,32	91,80
VALORES DEVIDOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2013			466,82	91,80
20/11/13	374214	PISCINA EM POLIETILENO 100L AZUL CLARO	332,93	138,72
VALORES DEVIDOS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2013			332,93	138,72
16/12/13	375206	PLACA AQUI TEM	228,00	95,00
16/12/13	375206	TRENA 1 M	69,60	29,00
16/12/13	392575	BONÉS	2.459,16	1.024,65
VALORES DEVIDOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013			2.756,76	1.148,65
<b>TOTAL DEVIDO NAS INFRAÇÕES 04 e 05</b>			<b>5.603,47</b>	<b>1.379,17</b>

Em face ao acima exposto, as Infrações 04 e 05 subsistem parcialmente nos valores de, respectivamente, R\$5.603,47 e R\$1.379,17.

Trata a Infração 06 de utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no total de R\$ 39.613,41, nas operações interestaduais com base de cálculo fixada pela unidade federada de origem em valor superior ao estabelecido em lei complementar, convênio ou protocolo.

Em sua defesa, o autuado reconhece a procedência da autuação quanto às Notas Fiscais nºs 127 e 83057, no total de R\$720,00. Impugna os demais valores sob o argumento de que se trata de devoluções de vendas efetuadas para não contribuintes e para empresas de construção civil. Também alega que a Nota Fiscal nº 19.694 trata de complemento de ICMS da Nota Fiscal de Devolução nº 19.303, na qual o remetente não tinha feito o destaque do imposto (fls. 374 a 385).

Visando a busca da verdade material e o exercício do direito de defesa, o processo foi convertido em diligência, para que o autuante verificasse a veracidade dos argumentos defensivos, tendo em vista os demonstrativos trazidos pelo autuado no CD-ROM acostado à fl. 514.

No atendimento da diligência, o autuante acatou parcialmente o argumento defensivo e refez a apuração do imposto, chegando ao valor remanescente de R\$ 720,00, montante que tinha sido reconhecido como devido na defesa. Notificado acerca do resultado da diligência, o autuado não se pronunciou.

Acolho o resultado da diligência, pois a questão trata de matéria de prova e as comprovações apresentadas pelo autuado foram acatadas pelo próprio autuante, preposto fiscal que teve acesso aos livros e documentos do autuado e que executou a ação fiscal que resultou na lavratura do Auto de Infração em análise. Assim, a Infração 06 subsiste parcialmente, no valor de R\$ 720,00, conforme apurado na diligência, ficando o demonstrativo de débito da seguinte forma:

DATA OCORR	DATA VENC.	B. CÁLCULO	ALÍQ.	MULTA	VALOR
28/02/12	09/03/12	1.647,05	17%	60%	280,00
31/08/13	09/09/13	2.588,24	17%	60%	440,00
Valor da Infração 06					720,00

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, no valor de R\$ 217.512,93, conforme tabela abaixo, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Infrações	A. Infração	Julgamento	Devido
01	119.675,41	Procedente	119.675,41
02	86.955,58	Procedente	86.955,58
03	3.179,30	Procedente	3.179,30
04	13.168,37	Proc. Parte	5.603,47
05	5.370,74	Proc. Parte	1.379,17
06	39.613,41	Proc. Parte	720,00
TOTAL	267.962,81	--	217.512,93

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **276468.0101/15-4**, lavrado contra **FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$217.512,93**, acrescido das multas de 60% sobre R\$130.557,35 e de 150% sobre R\$86.955,58, previstas no art. 42, II, “f”, VII, “a”, e V, “b”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de março de 2018.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR